



EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: O PAPEL DOS INTERLOCUTORES SOCIAIS

CHRISTIANE CORDEIRO ANDRÉA

RESUMO

O presente artigo aborda a importância da educação em sexualidade nas escolas, tendo como questão central a reflexão sobre as significativas interrelações envolvidas. Destaca-se como objetivo principal analisar o papel relevante dos interlocutores sociais quanto aos temas transversais e as dificuldades enfrentadas ao se trabalhar a sexualidade sob a perspectiva do contexto social atual. Este é um estudo realizado por meio de uma investigação qualitativa bibliográfica. Foram analisadas pesquisas referentes ao papel dos interlocutores sociais no processo de aprendizagem. Como resultado foi possível comprovar que a responsabilidade da educação sexual cabe a toda a sociedade, cada um exercendo o seu papel no espaço em que está inserido. A família, a sociedade e a escola são as instituições básicas para o desenvolvimento e formação integral do indivíduo, e são responsáveis pela sua orientação e conscientização. Conclui-se que o tema abordado sempre estará em pauta de estudo, trazendo intrínseca a tríade família/escola/estado como interlocutores sociais de extrema relevância no âmbito da educação social.

Palavras-Chave: Aprendizagem em Sexualidade; Temas transversais; Formação Integral; Interlocução Social; Interrelações.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é uma invenção social, constituída historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo, que normatizam e instauram saberes e aprendizagens, por meio de interlocutores.

A abordagem da sexualidade não consiste em tarefa fácil para os educadores, pois envolve valores morais, comportamentais, costumes culturais e sociais. Para a família, a educação sexual deve ser função atribuída à escola; já os professores entendem que não podem assumir esse compromisso sem a participação dos demais envolvidos; e a sociedade acredita na responsabilidade do Estado.

Apesar de políticas públicas como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que norteiam a educação em sexualidade nas escolas públicas e particulares do Brasil, o processo de ensino/aprendizagem não ocorre de forma ideal, por conta da não obrigatoriedade e da falta de formação especializada. Diante desse dilema, surge o questionamento: os educadores estão preparados para cumprir sua função educativa trabalhando a sexualidade transversalmente à luz do contexto social atual?

O objetivo principal deste artigo é analisar o papel dos interlocutores sociais e as dificuldades enfrentadas ao trabalharem este conteúdo, transversalmente, sob a perspectiva do atual contexto social. A complexidade do tema, em conjunto com a diversidade de mudanças sociais, evidencia a necessidade de um diálogo amplo sobre a educação sexual nas instituições: família e escola.

Vale ressaltar que o conhecimento é uma construção social que implica o interlocutor

como participante ativo, agente indispensável do processo, e não apenas um contribuinte. Assim, o conhecimento só pode ser obtido enquanto houver um elo entre o interlocutor e o outro. Os processos de construção de sentidos e as formas de diálogo prevalecem entre os interlocutores/educadores e os locutores/educandos, na forma como se lê e se vê o mundo.

Destaca-se a importância dos interlocutores sociais e das instâncias sociais na formação do indivíduo e, mais especificamente, na orientação sexual¹. A família, a primeira instância de convivência, tem um papel fundamental na educação sexual. No entanto, à escola também é atribuída essa função, devendo obediência às leis, o que leva ao envolvimento de uma terceira instituição: o estado.

Com base em autores como Altmann (2009), Furlani (2017), Tonatto e Sapiro (2002), Figueiró (2006), entre outros, o presente artigo enfatiza o papel dos interlocutores no coletivo, sob a perspectiva de uma educação libertadora e humanizadora.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa fundamentou-se em ampla revisão bibliográfica. Por meio de um levantamento qualitativo bibliográfico, o referencial teórico adotado buscou entendimentos de diferentes autores sobre a temática da sexualidade humana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O professor é um construtor coletivo que edifica conhecimento, fazendo e criando histórias. E por meio dessa linguagem, surge o sujeito social (interlocutor), que atua diretamente na formação da identidade sócio-político-histórica do locutor; atribuindo-lhe humanização (Batista, 2008).

De acordo com Freire (2003), a educação é libertadora. Cabe ao professor buscar aprimoramento na prática pedagógica como interlocutor. Se não se qualificar, não será capaz de contribuir para formação do educando.

Figueiró (2006) comenta que se a principal finalidade da educação sexual é proporcionar ao educando bem-estar e felicidade, pode-se concluir que, por meio de educação humanizadora, o educador/interlocutor exerce a função de mediador de projetos de vida que vão muito além de ensinar métodos contraceptivos, prevenção de doenças, pois visa ao desenvolvimento integral (bio/psico/emocional) do educando.

Em algumas situações, há dificuldade em transmitir informações aos educandos. Os educadores reconhecem limitações em transmitir conhecimento relevante, mesmo estando abertos ao diálogo e à inserção da disciplina de Educação Sexual nos cursos universitários de formação de professores. O entrave se estabelece no momento em que os interlocutores se deparam com temas polêmicos como, por exemplo, as diversidades sexuais.

Apesar de não estar preparada para lidar com a questão da educação sexual, a família deve ser inserida como parte importante do processo de aprendizagem, pois é no núcleo familiar que o indivíduo se desenvolve para viver sua sexualidade plena, respeitando os valores e a liberdade do outro.

O tema em questão tem sido discutido abertamente na sociedade e nos meios de comunicação, em especial na internet, influenciando de forma contundente o comportamento dos educandos. Assim, a escola deve promover constantes reflexões sobre temas variados, partindo do individual para o coletivo. As crianças, bem como os adolescentes, precisam encontrar apoio na escola, em relação tanto a problemas mais simples como dúvidas e anseios, quanto a problemas graves como gravidez e abuso físico, psicológico e moral.

Além disso, cabe à escola reforçar a noção de limites. Como as regras e normas devem ser iniciadas em casa, a escola tem o dever de fortalecê-las no espaço pedagógico, transmitindo

¹ O termo Orientação Sexual está grafado assim nos PCNS, mas na verdade significa Educação Sexual

a noção da importância do cumprimento dessas regras para o desenvolvimento individual e coletivo.

Estratégias pedagógicas foram criadas para melhor administração da sexualidade e da vida social. Assim, as intervenções na escola passaram por diferentes focos de atenção como, por exemplo, o onanismo, as DSTs, a AIDS, a gravidez na adolescência e, atualmente, a importância do respeito à diversidade sexual (Altmann, 2013).

A formalização da orientação sexual nas escolas surgiu como “educação para a saúde”, exclusivamente voltada para as áreas de Ciências. Os professores dessas disciplinas tornaram-se responsáveis por ministrar conteúdos relativos à reprodução humana, baseando-se especificamente nas descrições das funções reprodutivas e dos aparelhos reprodutores, por meio de uma abordagem médica assistencialista.

Muitas vezes, por despreparo, o educador baseia-se apenas em seus valores e experiências pessoais, influenciado por um histórico de repressão, para abordar a sexualidade com o educando. Na prática, tal conduta não funciona, pois a temática envolve questões de ordem pessoal, íntima e subjetiva, ou seja, o que é aceitável para um sujeito pode não ser para o outro.

Nota-se que nem todos os educadores/interlocutores apresentam uma concepção integrada deste assunto. Privilegiam uma abordagem “biologicista” da sexualidade, trabalhando temas como gravidez indesejada e prevenção em IST/AIDS, com foco apenas na saúde. Entendem que em primeiro lugar está a informação, relegando a educação para o segundo plano, o que prejudica o processo educativo. (Dominicé *apud* Nóvoa, 1995).

Ao vincular as questões sexuais a um enfoque biológico, o educador acaba por negar a influência, bastante significativa, que fatores psicológicos, sociais, históricos e culturais exercem sobre as formas como os sujeitos se apropriam da sexualidade (Tonatto & Sapiro, 2002).

No dia a dia da escola, as discussões sobre sexualidade humana acontecem quase que exclusivamente nas aulas de Ciências e Biologia, e, de forma mais específica, nas aulas de Educação Física. Esses educadores são pressionados a trabalhar o tema da sexualidade em suas aulas, pois acredita-se que estão devidamente capacitados para assumir tal responsabilidade (Furlani, 2017).

Foucault (1990) salienta que a sexualidade não se constrói apenas no aspecto biológico, mas principalmente no imaginário. O tema surge no discurso que sustenta o palpável, na ideologia implícita aos padrões de normalidade que se impõem na vida social. E para tentar dissipar as dificuldades enfrentadas pelo educador, surgiram os PCNs.

É necessário desenvolver um ambiente que promova o diálogo aberto sobre a sexualidade, sem preconceitos ou exclusões. Para isso, é necessário abandonar velhos conceitos racistas, sexistas e homofóbicos (Braga, 2006).

A esfera educativa deve ser permeada pela orientação sexual de acordo com os PCNs, por meio da inserção do tema nos currículos escolares. O Estado poderia supervisionar esse trabalho se os PCNs não fossem facultativos, o que imobiliza o desempenho da educação sexual nas escolas.

A sexualidade é uma construção social, cultural e histórica, portanto, não estática. Em todo o processo de interação entre educador/educando/escola/família, ocorre a construção de valores morais, normas de comportamento e demais questões relacionadas.

4 CONCLUSÃO

A sexualidade traz consigo valores morais, determinados e determinantes de comportamentos sociais. Vivemos em uma sociedade onde os discursos apresentam-se confusos e, ao mesmo tempo, apelativos e repressivos, questionadores e mistificadores. Esse contexto tanto reprime quanto banaliza a sexualidade humana.

Atualmente, há certa liberdade para se falar sobre o assunto, porém ainda existem muitos preconceitos, falso moralismo e receio por parte de alguns educadores. Os discursos sobre abordagem sexual modificam-se de acordo com cada interlocutor: a família, a escola, as instituições, o educador, entre outros. As narrativas divergem, mas também se conectam e se completam. Porém, são manifestações que atuam positivamente no educando/locutor que, assim, forma sua própria identidade social.

A educação sexual deve ser iniciada em casa, conforme as tradições culturais e religiosas de cada família. A criança precisa ser acolhida, desde cedo, e educada em relação aos contextos para se tornar capaz de desempenhar seu papel na sociedade. Entretanto, nem sempre o núcleo familiar consegue cumprir satisfatoriamente sua função e acaba transferindo a responsabilidade para a escola. Sabe-se que ambas as instituições, família e escola, atuam de forma complementar na educação.

A interação família-escola torna-se fundamental à implementação eficaz do processo de educação sexual, pois enquanto a família incute valores e regras por meio de suas crenças e costumes, a escola contribui com informações e discussões sobre a sexualidade. O desenvolvimento do educando/locutor deve acontecer em grande parte na escola, espaço apropriado para que esse evolua e se torne um adulto saudável quanto aos aspectos físicos, psicológicos e emocionais. Cabe ao educador/interlocutor exercer a função de mediar e orientar, tornando acessíveis informações claras, objetivas e científicas sobre essa temática.

A escola por sua vez depende dos educadores para cumprir sua função educativa, o que requer profissionais devidamente preparados para esta função, visando a uma metodologia participativa. A sexualidade deve ser trabalhada, transversalmente, em todas as disciplinas do currículo escolar, de acordo com o contexto social atual.

Para trabalhar nessa perspectiva de abordagem, proposta pelos PCNs, torna-se essencial que ocorram mudanças na formação dos educadores, visto que os mesmos ainda se encontram despreparados.

Importante lembrar que, na sociedade, todos são interlocutores/educadores sexuais, pois cada indivíduo traz consigo toda carga positiva e negativa da sexualidade. E por meio de ações e interações, acaba por impactar, em diferentes graus, cada locutor/educando.

Ressalta-se que a responsabilidade da Educação Sexual cabe a toda a sociedade. Nesse sentido, a família, a sociedade e a escola são as instituições básicas para o desenvolvimento das ações educativas, ao promover a formação integral do indivíduo, orientando e conscientizando os educandos, preparando-os para a vida.

O tema Educação Sexual e Sexualidade sempre estará em debate, como pauta de estudo, e traz intrínseca a tríade – família, escola e estado – como interlocutores sociais de extrema importância na educação social.

Este artigo constitui um convite ao diálogo que não se encerra aqui, mas contribui para uma educação sexual emancipatória. E, a partir das considerações dispostas em diversos estudos mencionados, propõe-se a devida atenção ao aspecto do reconhecimento do poder público quanto à reestruturação e à fiscalização das grades curriculares da formação básica das licenciaturas e cursos afins.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção. **Cadernos de Pesquisa**, 39, 175-200, 2009. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/279>.

BATISTA, C. A. **Educação e Sexualidade**: Um diálogo com educadores. São Paulo: Ícone, 2008.

BRAGA, A. V. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. **Revista Iberoamericana de Educación**, 40(2), 1-9, 2006. Disponível em <http://rieoei.org/1217.htm>

BRASIL. **Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos**. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). **Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental. Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). **Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1990. Disponível em <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-de-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão Docente**. in: NÓVOA, Antônio (coord.). Os Professores e sua formação. 2ª ed. Lisboa Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf

TONATTO, S.; SAPIRO, C. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000200009>